

Sobre ONGs e Terceiro Setor*

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Publicado em: 17/12/2003

No Brasil dos anos 70, durante o período da última ditadura, o Governo proibia os cidadãos de se expressarem publicamente sobre assuntos de interesse público. Havia censura à imprensa; os sindicatos estavam amordaçados; manifestações públicas eram proibidas; os partidos políticos de esquerda foram postos na clandestinidade; houve perseguição, prisão, tortura e morte de opositores do regime. A resistência à ditadura se fazia organizando movimentos sociais, manifestações de massa, passeatas, greves etc. Houve até organizações políticas que, na clandestinidade, optaram pela via da luta armada para enfrentar a ditadura.

Nem todos se lembram que nesta época foram criadas várias entidades para defesa dos direitos humanos, civis e políticos: centros de defesa dos direitos humanos, centros de educação popular, centros de assessoria aos movimentos sociais etc. Muitos deles, com inspiração socialista, associavam a luta contra a ditadura com a luta anticapitalista. Esses grupos de cidadãos que se organizaram para a defesa de direitos criavam sua própria identidade pelo que faziam: assessoria a sindicatos e movimentos de oposição sindical, educação popular, apoio à organização de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais etc. Através de suas práticas, elas eram identificadas pela opinião pública como sendo engajadas em projetos de transformação social, para democratizar nossa sociedade, combater a desigualdade e a injustiça social. Em sua diversidade, elas lutavam por garantir sua autonomia e compunham o que pode se chamar de um “campo político popular e democrático”.

Em quase todos países da América Latina ocorreu o mesmo processo. Quase todos viviam sob ditaduras e aí também a resistência democrática associou-se à perspectiva socialista e deu origem a um grande número de entidades da sociedade civil, que constituíram a base organizativa dos movimentos sociais.

As ditaduras foram sendo, aos poucos, substituídas por democracias conservadoras que, combatendo os movimentos, aceitaram a imposição das políticas neoliberais, reduziram substancialmente a cobertura e a qualidade das políticas sociais e as responsabilidades do Estado para com o bem-estar dos cidadãos.

Nos anos 80, a imposição deste modelo do Estado Mínimo teve como complemento a política de terceirização na execução de serviços públicos, estimulando o surgimento de uma grande quantidade de organizações da sociedade civil, sem fins de lucro, criadas para estabelecerem contratos com o poder público e prestarem serviços nas áreas sociais.

Para combater esta “ameaça” socialista, descaracterizar o sentido eminentemente político das entidades que se criaram neste período anterior, confundir as identidades de cada qual; o Banco Mundial, em meados dos anos 80, criou o termo “organização não governamental”, ONG. As ONGs se definiram pelo que não são, não pelo que faziam. E assim, debaixo desse novo chapéu, além dos grupos de cidadãos que se organizam para a defesa de direitos, cabiam muitas outras entidades, por exemplo, as que tradicionalmente fazem assistencialismo; ou estas novas entidades prestadoras de serviços, orientadas por interesses de mercado, sem qualquer preocupação maior com a questão da cidadania ou da democracia.

O sucesso dessa operação ideológica, que pretendeu destruir identidades políticas, foi apenas parcial. Pois nos anos 80 surgiram tantas novas organizações engajadas em lutas por direitos, que as ONGs, enquanto tal, ficaram associadas, na opinião pública, a movimentos de defesa do meio ambiente, a lutas contra todos tipos de discriminação: racial, de gênero, de opção sexual; a entidades promotoras do desenvolvimento local etc.

Mas o fato é que abre-se uma disputa sobre o significado do que é ser ONG. Assim, passam a existir ONGs e ONGs, assim como existem sindicatos e sindicatos, partidos e partidos. A forma de organização não garante os compromissos da entidade. Para que possamos reconhecer o que de fato são é preciso analisar suas práticas, sua missão, seus objetivos, e separar o joio do trigo.

*Artigo originalmente publicado no Diário de São Paulo de 16/12/2003.